



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA S/A CORREIO
BRAZILIENSE**

I – PARTE:

Por este instrumento particular,

S/A CORREIO BRAZILIENSE, companhia fechada, com sede no SIG/Sul, Quadra 02, nº 340, Brasília/DF, CEP: 70.610-901, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.001.172/0001-80, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, arquivado perante a Junta Comercial do Distrito Federal - DF ("JCDF") sob NIRE 53.3.0000129-4 ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

Sendo Emissora e o Agente Fiduciário denominados, em conjunto, "Partes" e, individualmente, "Parte"

celebram o presente *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples da Espécie com Garantia Real, em série única, da S/A Correio Braziliense* ("Escritura de Emissão de Debênture"), de acordo com os seguintes termos e condições:

II – CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS PARA A EMISSÃO

1.1. Autorização. A emissão, em série única, de debêntures da Emissora ("Debênture" e "Emissão", respectivamente), nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures e a consequente celebração desta Escritura de Emissão de Debêntures foram deliberadas e autorizadas pelos acionistas da Emissora, nos termos da Assembleia Geral de Acionistas realizada





em 06 de abril de 2016 ("Assembleia de Acionistas"), assim como obtiveram concordância do Conselho Fiscal da Emissora, nos termos da reunião realizada em 28 de março de 2016 ("Reunião do Conselho Fiscal").

1.2. Requisitos de Emissão. A efetivação da Emissão está condicionada aos seguintes requisitos de emissão ("Requisitos de Emissão"), nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"):

- (a) arquivamento, na Junta Comercial do Distrito Federal ("Junta Comercial"), e posterior publicação, nos periódicos em que a Emissora normalmente publica seus atos societários, da ata da Assembleia de Acionistas que aprovou a Emissão, sendo que os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o arquivamento acima mencionado e que tenham qualquer relação com a presente Escritura de Emissão de Debênture deverão ser igualmente arquivados na Junta Comercial e publicados;
- (b) inscrição da Escritura de Emissão de Debêntures e posteriores aditamentos na Junta Comercial; e
- (c) assinatura e registro dos contratos das Garantias, tal como previstos no (i) Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e no (ii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

1.3. Inexistência de Registro. A emissão das Debêntures não será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), visto tratar-se de emissão feita nos termos da Instrução Normativa da CVM nº476/09.

CLÁUSULA SEGUNDA – DESTINAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Destinação dos Recursos. Os recursos captados com a Emissão serão destinados à reestruturação operacional e financeira da Emissora, visando o desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da Emissora, descritos no item 2.2, abaixo.

2.2. Objeto Social da Emissora. A Emissora tem por objeto, conforme o artigo 4º de seu Estatuto Social:

- a) A edição de jornais, livros e revistas;



- b) Exploração, mediante concessão, permissão e/ou autorização do Poder Executivo Federal, de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- c) A divulgação de atividades educacionais, esportivas, culturais e artísticas, podendo, subsidiariamente, explorar a propaganda comercial nos meios impresso, de rádio e televisão, mídia eletrônica, tudo dentro dos limites fixados pela lei;
- d) A exploração de serviços noticiosos mediante a coleta de notícias e informações através de repórteres e correspondentes, redação e transmissão para outros órgãos de imprensa de outras sociedades, mediante venda para todo o país;
- e) A participação no capital de outras sociedades, mesmo que não haja coincidência de objeto social, mediante aplicação de recursos próprios, de terceiros ou de incentivos;
- f) A exploração de serviços gráficos, venda de formulários e impressos em geral, inclusive revistas, livros, jornais e outros periódicos, e;
- g) Pesquisas de mercado e de opinião pública, por conta própria ou de terceiros.

2.3. Destinação dos recursos: A destinação dos recursos captados com a emissão será realizada de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- (i) Pagamento e/ou reembolso das despesas da Emissão, tais como taxas e emolumentos referentes aos registros dos documentos relativos à emissão e à constituição da Garantia;
- (ii) Remuneração e/ou despesas relacionadas ao (i) Coordenador Líder (*fees* de estruturação), (ii) assessores legais da Emissão;
- (iii) Pagamento, observado o item 2.4. abaixo, da dívida, parcial, caso a distribuição obtida seja em valor menor que o Valor Total da Emissão, ou integral, caso seja obtido o Valor Total da Emissão em decorrência da distribuição, da Emissora com o Banco Regional de Brasília ("BRB"), e pagamento da dívida parcial com o Banco Mercantil do Brasil ("BMB"); e
- (iv) Saldo remanescente da captação deverá ser destinado para pagamentos, integrais e/ou parciais, de demais obrigações da Emissora:
 - a) tributos federais;
 - b) obrigações trabalhistas;





3007

c) indenizações trabalhistas cujo fato gerador se dê a partir da Data de Emissão da Debênture.

2.4. Detalhamento de Dívidas: As dívidas do BRB e BMB a serem pagas conforme inciso (iii) do item 2.3, acima, e possuem as seguintes características:

a) Dívida do BRB

Tipo: Cédula de Crédito Bancário

Número: 11972996

Data de Emissão: 22/10/2015

Data de Vencimento: 20/03/2023.

Valor Originário: R\$25.868.781,39

b) Dívida do BMB

Tipo: Cédula de Crédito Bancário

Número: 1287425-0

Data de Emissão: 21/09/2015

Data de Vencimento: 22/08/2017

Valor Originário: R\$7.831.261,30

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES E GARANTIAS

3.1. Características da Debênture. Serão emitidas 56 (cinquenta e seis) Debêntures, em série única, com as seguintes características:

- (a) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real.
- (b) Classe: Simples, não conversíveis em ações da Emissora.
- (c) Forma: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa.
- (d) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais desta Escritura de Emissão de Debêntures, a data de emissão das Debêntures será 12 de maio de 2016 ("Data de Emissão").





- (e) Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total Da Emissão");
- (f) Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.
- (g) Data de Início da Rentabilidade: Corresponderá à primeira data de integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade").
- (h) Encargos Moratórios: Na hipótese de a Emissora não efetuar, o pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou Amortização nas respectivas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou Datas de Pagamento da Amortização, sobre os valores não pagos, devidamente acrescidos dos Juros Remuneratórios, incidirão (i) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito; e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito em atraso, calculados em bases *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo de outras disposições previstas nesta Escritura de Emissão de Debêntures ("Encargos Moratórios").
- (i) Local de Pagamento: Os pagamentos relativos às Debêntures devido pela Emissora serão efetuados de acordo com os procedimentos da CETIP para as custodiadas na CETIP, ou através do Banco Liquidante para as Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP na data de pagamento.
- (j) Prazo das Debêntures: 1.839 (um mil, oitocentos e trinta e nove) dias.
- (k) Data de Vencimento das Debêntures: 25/05/2021
- (l) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado a partir da Data de Início da Rentabilidade, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços de Mercado ao Consumidor Amplo ("IPCA") divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") ("IPCA/IBGE") ("Atualização Monetária").
- (m) Juros Remuneratórios: A partir da Data de Início da Rentabilidade as Debêntures farão jus a juros remuneratórios definidos por taxa fixa correspondente a 11,00% (onze por cento) ao ano, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, adotando-se como base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias



303

Úteis e incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado a cada Período de Capitalização, ("Juros Remuneratórios").

(n) Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios: O pagamento dos Juros Remuneratórios será realizado mensalmente, todo dia 25 de cada mês, sendo o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios realizado em 25/05/2017 e o último na Data de Vencimento.

(o) Periodicidade do Pagamento de Amortização: A amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado será realizada em 08 (oito) parcelas semestrais e consecutivas, todo dia 25 dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário realizado em 25/11/2017 e o último na Data de Vencimento, conforme tabela do Anexo I.

(p) Subscrição: As Debêntures serão subscritas pelos Debenturistas pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos juros calculados a partir da Data de Início de Rentabilidade.

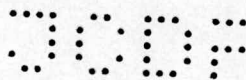
(q) Integralização: As Debêntures deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

(r) Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, pela Emissora e Debenturista, até o próximo Dia Útil se o vencimento não coincidir com um Dia Útil. Para os fins desta Escritura de Emissão de Debêntures, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriados declarados nacionais.

(s) Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

(u) Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures.





3.2. Garantias: As obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão serão garantidas pelos seguintes instrumentos:

- (I) Alienação Fiduciária do Imóvel objeto da Matrícula nº 9.559 do 1º Registro de Imóveis do Distrito Federal ("Imóvel"), situado na Quadra 02 do SIG/SUL, Brasília, Distrito Federal conforme Lei nº 9.514/97, nos termos do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças*, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Imóvel"); e
- (II) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios dos futuros recebíveis oriundos da venda e assinatura de jornais, livros e revistas e venda de anúncios, nos termos do *"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças"* ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, necessários para assegurar o pagamento da amortização semestral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo certo que em referido documento constará que a Emissora cederá mensalmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Início da Rentabilidade, os direitos creditórios necessários ao pagamento de 1/6 (um sexto) do valor da amortização semestral do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

3.3. Banco Liquidante e Escriturador:

3.3.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.3.2. O escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

3.3.3. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será





reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.4. Colocação e Procedimentos de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição com esforços restritos nos termos Instrução Normativa 476/09, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

3.5. Direito de Preferência: Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.

3.6. Comunicados: Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, assim como aqueles cuja publicação seja exigida pela legislação aplicável, serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e no Correio Braziliense, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, devendo a Emissora, em qualquer caso, comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.7.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 3.7 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesse item, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pela Emissora.

3.7.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 3.7, acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou



0007

descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – JUROS REMUNERATÓRIOS, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS DEBÊNTURES

4.1. Juros Remuneratórios: A partir da Data de Início da Rentabilidade as Debêntures farão jus a juros remuneratórios definidos por taxa fixa correspondente a 11,00% (onze por cento) ao ano, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, adotando-se como base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado a cada Período de Capitalização.

Define-se:

- a. Período de Capitalização: intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos todo dia 25 (vinte e cinco) do mês, sendo o primeiro vencimento em 25/05/2017 e o último em 25/05/2021;
- b. Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado: Valor Nominal Unitário remanescente após amortização do Valor Nominal Unitário, atualização ou incorporação de Juros Remuneratórios, se houver.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:



3007

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J : Valor unitário de juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa : Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros: Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorJuros = \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

$taxa$: 11,0000 (onze inteiros).

DP : É o número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo DP um número inteiro.

4.2. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado, a partir da Data de Início da Rentabilidade, pela variação do IPCA/IBGE, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa : Definido acima.

VNe : Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

C : Fator acumulado das variações mensais do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right) \right]^{\frac{dup}{dut}}$$

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



n: Número total de índices considerados na atualização do ativo.

NI_k: Valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês da Data de Aniversário, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês da Data de Aniversário.

NI_{k-1}: Valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

dup: Número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade, ou desde a última Data de Aniversário, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço.

dut: Número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima Data de Aniversário.

4.2.1. O número-índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE. A aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

4.2.2. Considera-se como "Data de Aniversário" todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

4.2.3. Caso, se até a Data de Aniversário, o número-índice do IPCA/IBGE referente ao mês de atualização não esteja disponível, deverá ser utilizado em substituição ao NI_k, um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número-Índice Projetado para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Observações:

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver



sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior do IPCA/IBGE que seria aplicável;

(i) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração;

(iii) Se a não divulgação do IPCA/IBGE for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA/IBGE, deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, da Emissora em comum acordo com os Debenturistas, do novo parâmetro de Juros Remuneratórios a ser aplicado;

(iv) Caso não haja acordo sobre o novo índice para atualização entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a projeção do IPCA/IBGE; e .

(v) Caso o IPCA/IBGE venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA/IBGE, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.3. Amortização: O cálculo das parcelas de amortização será feito de acordo com seguinte fórmula:

$$AM_i = VNa \times \left(\frac{Ta_i}{100} \right)$$

onde:





3007

AM_i : Valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

V/N_a : Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento

Ta_i : Taxa definida para a i-ésima parcela de amortização, informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme a tabela anexa (Anexo I – Tabela de Amortização das Debêntures)..

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas, todo dia 25 dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento devido em 25/11/2017, obedecendo-se a tabela anexa (Anexo I – Tabela de Amortização das Debêntures).

4.4. Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures. A Emissora poderá, a qualquer tempo realizar amortizações extraordinárias parciais das Debêntures. A amortização deverá ser informada pela Emissora por uma das seguintes formas: (i) mediante notificação escrita à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou (ii) mediante publicação de referido fato em jornal de grande circulação ("Comunicação de Amortização Extraordinária"); com um prazo mínimo de 08 (oito) Dias Úteis antes da data de efetiva amortização extraordinária das Debêntures e deverá ser realizada pelo pagamento de percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados até a referida data, sem o acréscimo de qualquer penalidade, multa ou prêmio aos Debenturistas.

4.4.1 Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (a) a data da amortização extraordinária facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

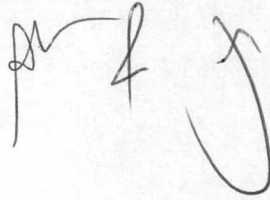
4.4.2 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre a amortização extraordinária facultativa com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer amortização extraordinária facultativa, por meio de envio de correspondência contendo a ciência do Agente Fiduciário.



3007

4.4.3. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures.

4.5. Aquisição Facultativa: É facultado à Emissora adquirir Debêntures em Circulação no mercado, por preço igual ou superior ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, conforme o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das S.A, acrescido dos Juros Remuneratórios e multa moratória, se for o caso. Caso as Debêntures sejam adquiridas por preço igual ou inferior, tal fato deverá constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, nos termos do artigo 55, §3º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Referidas Debêntures poderão então: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA QUINTA – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

5.1. Deliberação da Assembleia Geral: Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse ("Assembleia Geral de Debenturistas").

5.2. Convocação da Assembleia: As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 124, da Lei 6.404/76.

5.3. Instalação da Assembleia Geral: As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum das Debêntures em Circulação.

5.4. Presidência das Assembleias: A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

5.5. Local: As Assembleias Gerais de Debenturistas serão realizadas na sede da Emissora, nos termos do art. 124, §2º, da Lei 6.404/76.

5.6. Votos: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 5.7 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, metade mais um dos Debenturistas em circulação presentes.

5.7. Quóruns Especiais: Não estão incluídos no quórum a que se refere a cláusula 5.6 acima:

I. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão de Debêntures; e

II. as alterações que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, quais sejam: (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão de Debêntures; (c) dos Juros Remuneratórios; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão de Debêntures; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições



- relativas às amortizações antecipadas facultativas, ou (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, abaixo definido, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.

5.8. Debêntures em Circulação: Para os fins de fixação de quórum desta Escritura de Emissão de Debêntures, "debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

5.9. Eficácia das Decisões da Assembleia Geral: As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão de Debêntures, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

5.10. Presença na Assembleia Geral: Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

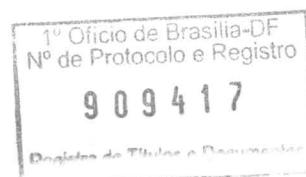
5.11. Aplicação da Lei das Sociedades por Ações: Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

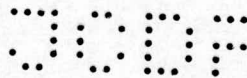
CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

6.1. Obrigações da Emissora: Até a Data de Vencimento, a Emissora, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão de Debênture, se obriga a ("Obrigações da Emissora"):

(a) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

(b) emendar os melhores esforços para manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental, e quaisquer outras obrigações impostas por lei ou regulamento, no que for materialmente relevante;





- (c) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão conforme o disposto no item 2.3 da Cláusula Segunda acima;
- (d) proceder à publicidade de suas informações econômico-financeiras, se exigido e nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) divulgar suas demonstrações financeiras, ao menos anualmente, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, se exigido e nos termos da Lei das Sociedade por Ações;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão de Debêntures;
- (h) divulgar, na sua página da rede mundial de computadores, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (i) enviar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (j) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula Quinta desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (k) notificar em até 05 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; e




- (l) dentro de 05 (cinco) Dias Úteis, fornecer qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DECLARAÇÕES E DA EMISSORA

7.1. Declarações. A Emissora presta, na presente data, com relação a si, as seguintes declarações e garantias, responsabilizando-se pela sua veracidade, completude, precisão e regularidade:

- (a) Existência e Forma Societária: A Emissora é sociedade anônima validamente constituída e existente de acordo com a legislação brasileira, estando habilitada a conduzir seus negócios, e possui todas as autorizações administrativas e governamentais necessárias para exercer suas atividades.
- (b) Poderes: A Emissora tem todos os direitos, poderes e autoridade necessários e plena capacidade legal para celebrar esta Escritura de Emissão de Debêntures e cumprir as suas obrigações daqui decorrentes, bem como para efetuar a Emissão e consumir todas as operações aqui previstas, tendo sido praticados todos os atos necessários e obtidas todas as autorizações necessárias para a Emissão.
- (c) Ausência de Conflito ou de Inadimplemento: Inexiste qualquer impedimento legal ou contratual em relação à Emissora para a efetivação desta Escritura de Emissão de Debêntures e da Emissão, as quais não ocasionarão nem resultarão: (a) no vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação decorrente de qualquer dos seus contratos, acordos, compromissos ou obrigações; ou (b) na rescisão de qualquer um desses contratos, acordos, compromissos ou obrigações.
- (d) Obrigação Válida: Esta Escritura de Emissão de Debêntures ou qualquer outro instrumento que tenha sido entregue ou celebrado em decorrência dela constituem obrigações legais, válidas e vinculantes à Emissora, exequível contra ela de acordo com seus termos. A celebração desta Escritura de Emissão de Debêntures e a consumação das operações aqui previstas não estão sujeitas a qualquer autorização ou ordem de qualquer autoridade governamental, ente público ou qualquer outra pessoa ou entidade, exceto quanto ao registro da Escritura de Emissão de Debêntures na Junta Comercial.
- (e) Capital Social e Titularidade: A Emissora tem, na presente data, capital social total subscrito e integralizado no valor de R\$31.700.000,00 (trinta e um milhões e setecentos mil reais) dividido em 20.806.624 (vinte milhões oitocentos e seis mil seiscentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 10.893.376 (dez milhões oitocentas e noventa e três mil setecentas e setenta



e seis) ações preferenciais. Todas as ações foram validamente emitidas, subscritas e integralizadas e encontram-se devidamente registradas nos livros, demonstrações financeiras e registros apropriados, e estão livres e desembaraçadas de todo e qualquer gravame ou ônus.

(f) Observância de Leis: A Emissora cumpre e continuará cumprindo todas as leis, normas e regulamentos, portarias, decisões judiciais ou administrativas de qualquer ente público ou autoridade governamental.

(g) Matérias Ambientais: Não tem conhecimento de qualquer demanda administrativa ou judicial pendente ou potencial contra a Emissora, questionando a não observância de qualquer lei, norma ou regulamentação de matéria ambiental.

7.1.1. A Emissora compromete-se a notificar em 05 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA OITAVA – VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Eventos de Inadimplemento. Observado o disposto nesta Escritura, as obrigações da Emissora poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos abaixo ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) falta de cumprimento pela Emissora, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, em decorrência desta Escritura de Emissão de Debêntures, não sanadas no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados a partir do inadimplemento da Emissora em referidas obrigações pecuniárias;

(b) decretação de falência da Emissora, pedido de autofalência da Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros que não seja elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora;

(c) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados do descumprimento;



(d) caso provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestada pela Emissora na Escritura de Emissão de Debêntures;

(e) caso sejam extintas, revogadas ou de qualquer outra forma canceladas as autorizações governamentais necessárias para a condução dos negócios e operações da Emissora;

(f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou

(g) não cumprimento da destinação de recursos, em linha com o previsto no item 2.3. acima.

8.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "f" e "g" do item 8.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido inadimplemento, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

8.2. Convocação da Assembleia Geral de Debenturista na ocorrência de Eventos de Inadimplemento:

Uma vez ocorrida quaisquer das hipóteses dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "c" e "d" e "e" do item 8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para que se manifestem sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas. Caso a deliberação seja no sentido de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, caso a referida assembleia não seja instalada em primeira e segunda convocação, por qualquer motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado, e a Emissora deverá resgatar, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data em que for deliberado o vencimento antecipado, a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures. Na hipótese de a Emissora não efetuar o pagamento aqui previsto dentro prazo aqui estabelecido, sobre os valores não pagos incidirão os Encargos Moratórios.

8.3. Informações: A Emissora compromete-se a fornecer informações por escrito ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, de natureza pecuniária ou não, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência. A falta de envio das informações por notificação pela Emissora no prazo aqui previsto não prejudica a possibilidade de ser declarado o vencimento antecipado pelos Debenturistas.



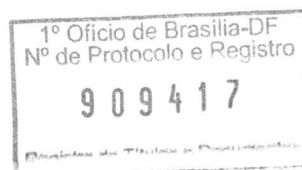
CLÁUSULA NONA - AGENTE FIDUCIÁRIO



9.1. Agente Fiduciário: A Emissora neste ato nomeia a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas.

9.2. Declarações. O Agente Fiduciário, nomeado pela presente Escritura, declara:

- (a) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83");
- (e) aceitar a obrigação de emendar seus melhores esforços no acompanhamento da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 8.1, acima;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido atendidos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- (g) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (h) esta Escritura constitui obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (i) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (k) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;





(l) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(m) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e

(n) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações aqui prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

9.2.1. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor ou pagamento integral da presente Emissão.

9.3. Remuneração. O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo o pagamento da primeira parcela devido até o 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes até o resgate total das Debêntures da Emissão.

9.3.1. Das parcelas supra citadas serão acrescidas os seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário na alíquota vigente na data de pagamento.

9.3.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta corrente por ele indicada previamente à Emissora, por escrito.

9.3.3. As parcelas acima serão reajustadas, anualmente, pela variação acumulado do IPCA, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, adotando-se por data base a data do primeiro pagamento.

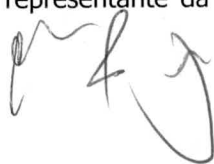


9.3.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia-devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois) por cento sobre o valor do débito, bem como a juros moratório de 1% (um) por cento ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IPCA/IBGE, incidente desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4. Reembolso de Despesas: A Emissora compromete-se a efetuar, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previstos nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas cartorárias;
- (d) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (e) fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

9.5. Despesas de Cobrança: No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e poderão ser adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais



-
- v) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos diretores da Emissora;
- vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora na Escritura;
- viii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
- ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/93;
- (o) colocar o relatório de que trata a alínea (n) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- i) na sede da Emissora;
- ii) no seu escritório; e
- iii) na CVM.
- (p) publicar, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Itaú e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as



estrito cumprimento das orientações dos debenturistas, a ele transmitidas conforme definidas pelos debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTO DE TRIBUTOS

10.1. Tributos: Todos os tributos e taxas que incidam sobre os valores pagos aos debenturistas relativos às Debêntures serão suportados pelos Debenturistas, incluindo-se, mas não limitado ao imposto de renda retido na fonte (IRPF), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, à Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outros que, instituídos em conformidade com a lei, venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o negócio ora avençado, ou ainda, custos decorrentes da majoração de alíquotas de tributos já existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Prazo de Vigência: Esta Escritura de Emissão de Debêntures permanecerá em vigor e produzirá efeitos a partir desta data até a data em que a Emissora tenha feito todos os pagamentos devidos nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures.

11.2. Comunicações: Todas e quaisquer notificações, solicitações, aprovações e demais comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

S/A CORREIO BRAZILIENSE

SIG/Sul, Quadra 02, nº 340, CEP: 70.610-901

Brasília – Distrito Federal,

At.: Leonardo Guilherme Lourenço Moises

Telefone: (61) 3214-1471

Fax: (61) 3214-1423

Correio eletrônico: leonardomoises@dabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:



.....

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

11.2.1. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fax ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.2.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.3. Custos e Despesas da Operação: Todos os custos e despesas incorridos com a estruturação, emissão, inscrição, subscrição, integralização e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, eventual contratação de prestadores de serviços, registros em cartórios dos documentos e contratos referentes à Emissão e seus posteriores aditamentos serão suportados pela Emissora.

11.4. Aditivo: Nenhuma mudança, alteração ou aditivo de qualquer disposição desta Escritura de Emissão de Debêntures terá efeito, salvo se previamente e por escrito acordado entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

11.5. Títulos Executivos: Esta Escritura de Emissão de Debêntures e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do Artigo 784, do Código de Processo Civil.

11.6. Independência das Disposições: Se qualquer disposição desta Escritura de Emissão de Debêntures for considerada nula, inexecutável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição será consequentemente afetada. Da mesma forma, todas as demais disposições desta Escritura de Emissão de Debêntures deverão permanecer válidas e executáveis como se tal disposição nula, inexecutável, inválida ou inoperante não fosse parte deste instrumento. Nesse caso, a Emissora compromete-se a negociar com os Debenturistas a substituição de tal disposição nula, inexecutável, inválida ou inoperante.



11.6.1. As Partes concordam que a presente ~~Escritura~~ de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

11.7. Renúncia: A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures.

11.8. Sucessores: Esta Escritura de Emissão de Debêntures vincula a Emissora e os seus respectivos sucessores e cessionários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEI APLICÁVEL E FORO

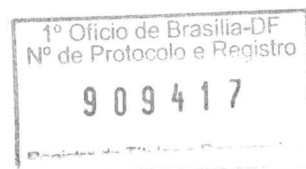
12.1. Legislação Aplicável: Os termos e condições desta Escritura de Emissão de Debêntures devem ser interpretados de acordo com a legislação vigente na República Federativa do Brasil.

12.2. Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Brasília – Distrito Federal para dirimir quaisquer questões resultantes desta Escritura.

A Emissora assina esta Escritura de Emissão de Debêntures, em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

Brasília - DF, 12 de maio de 2016.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]



(Página de assinaturas 01/03 do INSTRUMENTO PARTICULAR DE EMISSÃO DE 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA S/A CORREIO BRAZILIENSE, celebrado em 12 de maio de 2016)



S/A CORREIO BRAZILIENSE

Emissora

2o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL QD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
CNPJ/ME 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38

RECONHECO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
[928VRmmE]-PAULO CESAR OLIVEIRA MARQUES.
[928M3r3E]-ALVARO AUGUSTO TEIXEIRA DA...
COSTA.....


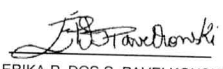
Em testemunho _____ da verdade.
BRASÍLIA, 13 de Maio de 2016
selo: TJDF20160020358139LAGG e
TJDF20160020358140WRIA
Para consultar acesse: www.tjdftjus.br

IGORIANO BORGES TEIXEIRA - TABELADO
IRAMILO SINGES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
LEONARDES ALVES OLIVEIRA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLIVEIRA B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
IKENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
909417
Brasília, 13 de Maio de 2016



(Página de assinaturas 02/03 do INSTRUMENTO PARTICULAR DE EMISSÃO DE 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA S/A CORREIO BRAZILIENSE, celebrado em 12 de maio de 2016)

 **JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/06/2016 SOB N.: 20160383676
Protocolo: 16/038367-6, DE 17/05/2016
Empresa: 53 3 0000129-4
S/A CORREIO BRAZILIENSE

ERIKA P. DOS S. PAVELKONSKI
SECRETÁRIA-GERAL


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Agente Fiduciário

Pedro Silva
Procurador

 **Adilson Wagner Firmino** **CARTÓRIO DE JACAREPAGUÁ** 088906AB699599
TABELIAO
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785
Reconheço por **SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:**
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA.....
Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016 Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade
Emolumentos R\$4.94
Impostos R\$1.74
Total R\$6.68
- ALINE PACHECO DA SILVA MORAES-ESCREVENTE
EBOG37620-RPQ Consulte em "<http://www3.trj.jus.br/sitepublico>"

2º OFÍCIO DE NOTAS
Aline Pacheco Da Silva Moraes
Escrevente
CTPS: 99313 Série 151 - RJ

2º Ofício
RONIMAR
02º OFÍCIO DE NOTAS
Aline Pacheco Da Silva Moraes
Escrevente
CTPS: 99313 Série 151 - RJ

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRV/SUL OD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/NE 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38
RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA o
Sinal Público de:
TDDJCS123-ALINE PACHECO DA SILVA MORAES.
Em testemunho _____ da verdade.
BRASILIA, 16 de maio de 2016
Selo: TDDFT20160020360964AKVX
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
IGORIANO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RAMILLO SIMÕES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
HENRIQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
RITA OLIVEIRA B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE - ESC. NOT. AUT.

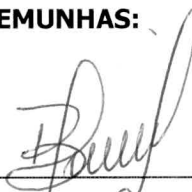
1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
909417
Registro de Títulos e Valores Mobiliários




3007

(Página de assinaturas 03/03 do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA S/A CORREIO BRAZILIENSE, celebrado em 12 de maio de 2016)

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: Reginaldo Balbino Freire
CPF/MF: 89338367134

2. 
Nome: Yumi R.A. Takahashi
CPF: 142.183.697-12
CPF/MF: RG: 12.808.834-5

Ofício Adilson Wagner Firmino **CARTÓRIO DE JACAREPAGUÁ** 088906AB699596
TABELIAO
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785
Reconheço por **SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:**
YUMI FIRMO ALVES TAKAHASHI.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016 Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade
Emolumentos: R\$4,94
Impostos: R\$1,74
Total: R\$6,68

- ALINE PACHECO DA SILVA MORAES-ESCREVENTE
EBOG37617-RKG Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

2º OFÍCIO DE NOTAS
Aline Pacheco Da Silva Moraes
Escrevente
CTPS: 99313 Serie 151 - RJ

2º OFÍCIO DE NOTAS
Aline Pacheco Da Silva Moraes
Escrevente
CTPS: 99313 Serie 151 - RJ

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL QD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRÁSILIA/DF
CNPJ/MF 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38
RECONHECO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
[928VVXJC]-REGINALDO BALBINO FREIRE.....
Em testemunho _____ da verdade.
BRÁSILIA, 13 de Maio de 2016
Selo: TJDFT20160020360966BULV
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
IGOIANO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
IRANILDO SIMÕES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
LENOQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLÍDEA B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
IKENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL QD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRÁSILIA/DF
CNPJ/MF 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38
RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA o
Sinal Publico de:
[5d1c131]-ALINE PACHECO DA SILVA MORAES.
Em testemunho _____ da verdade.
BRÁSILIA, 16 de Maio de 2016
Selo: TJDFT20160020360966BULV
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
IGOIANO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
IRANILDO SIMÕES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
LENOQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLÍDEA B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
IKENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
909417

ANEXO I – TABELA DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Observação: O último pagamento trata-se do saldo do Valor Nominal Unitário

Data	TAi
25 05 2016	
25 06 2016	-
25 07 2016	-
25 08 2016	-
25 09 2016	-
25 10 2016	-
25 11 2016	-
25 12 2016	-
25 01 2017	-
25 02 2017	-
25 03 2017	-
25 04 2017	-
25 05 2017	-
25 06 2017	-
25 07 2017	-
25 08 2017	-
25 09 2017	-
25 10 2017	-
25 11 2017	12,5000
25 12 2017	-
25 01 2018	-
25 02 2018	-
25 03 2018	-
25 04 2018	-
25 05 2018	16,5903
25 06 2018	-
25 07 2018	-
25 08 2018	-
25 09 2018	-
25 10 2018	-
25 11 2018	18,7864
25 12 2018	-
25 01 2019	-
25 02 2019	-



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3007

25 03 2019	
25 04 2019	-
25 05 2019	21,8335
25 06 2019	-
25 07 2019	-
25 08 2019	-
25 09 2019	-
25 10 2019	-
25 11 2019	26,3448
25 12 2019	-
25 01 2020	-
25 02 2020	-
25 03 2020	-
25 04 2020	-
25 05 2020	33,7093
25 06 2020	-
25 07 2020	-
25 08 2020	-
25 09 2020	-
25 10 2020	-
25 11 2020	47,8851
25 12 2020	-
25 01 2021	-
25 02 2021	-
25 03 2021	-
25 04 2021	-
25 05 2021	100,0000

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]